

REF.: Credenciamento nº01/2024 SMA

A empresa **ENOQ CAPITAL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S/A**, inscrita no CNPJ sob nº **35.990.763/0001-01**, já devidamente qualificada nos autos em epigrafe, devidamente representada nos termos do seu estatuto social pelo representante infra-assinado, vêm respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, com fundamento no art. 165 e seguintes da Lei 14.133/21, apresentar **RAZÕES DE RECURSO** face a decisão que desclassificou/inabilitou a empresa, conforme abaixo exposto.

#### **DOS FATOS**

A recorrente participou do CREDENCIAMENTO nº 01/24 desta administração, cujo objeto é “CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM FORNECER UM SISTEMA COMPLETO E EFICIENTE DE ADMINISTRAÇÃO, EMISSÃO DE CARTÕES EQUIPADOS COM TECNOLOGIA DE SEGURANÇA E RECARGA NA MODALIDADE “PRÉ-PAGO”, UTILIZANDO UM MECANISMO ELETRÔNICO DE CONTROLE DE CONCESSÃO DE CRÉDITOS EM FORMATO DIGITAL, QUE POSSIBILITE A GESTÃO DE PAGAMENTOS, COMPENSAÇÕES E LIQUIDAÇÕES DE CRÉDITOS CONCEDIDOS, EM ATENDIMENTO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE JOÃO MONLEVADE. “

Entretanto, a mesma foi considerada desclassificada por não cumprir com o item 2.1.6.2, com a motivação sendo, “não apresentou o DRE de 31/12/2022, sendo que pela documentação apresentada, fica nítido que foi apenas um erro que não deve ser o suficiente para sua desclassificação.

Em ato continuo foi dado às licitantes a oportunidade de recorrer da decisão, com prazo findo em 14.02.2025.

#### **DO DIREITO**

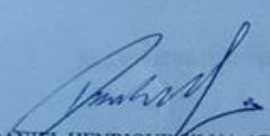
A ora recorrente, em sua documentação juntou tudo em conformidade com o solicitado, entretanto por um MERO ERRO, o campo do DRE referente ao ano de 2022, não foi informado.

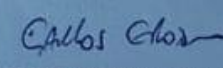
Analizando a documentação enviada, notadamente os balanços, esses foram feitos referente aos anos de 2022 e 2023, conforme exige edital e Lei.

Entretanto no DRE, consta apenas uma coluna, referente ao DRE de 2022, restando claro que fora um mero erro e que poderia ter sido sanado realizando uma simples diligência para complementação dos documentos apresentados, senão vejamos o que foi apresentado:

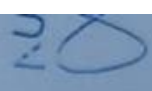
A página do balanço que contem duas colunas (que estão em todo balanço, exceto no DRE):


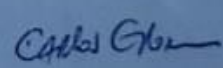
| PATRIMÔNIAL- PASSIVO                          |                       |                   |
|---|-----------------------|-------------------|
| SINTETIZADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 |                       |                   |
|   | Legislação Societária |                   |
|   | 31/12/2023            | 2022              |
| <b>PASSIVO</b>                                |                       |                   |
| <b>CIRCULANTE</b>                             | <b>21.722,03</b>      | <b>61.109,64</b>  |
| FORNECEDORES                                  | 8.154,59              | -                 |
| FINANCIAMENTOS BANCÁRIOS                      | -                     | -                 |
| OBRIGAÇÕES E PROVISÕES SOCIAIS A PAGAR        | 12.561,18             | -                 |
| OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS A PAGAR                | 1.006,26              | 2.479,64          |
| OUTRAS CONTAS A PAGAR                         | -                     | 58.630,00         |
| <b>NÃO CIRCULANTE</b>                         | <b>-</b>              | <b>-</b>          |
| OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS A PAGAR                | -                     | -                 |
| <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>                     | <b>2.269.315,19</b>   | <b>414.478,16</b> |
| CAPITAL SOCIAL                                | 2.000.000,00          | 190.000,00        |
| (-) CAPITAL A INTEGRALIZAR                    | -                     | (22.000,00)       |
| LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS                 | 169.315,19            | 146.478,16        |
| RESERVAS DE CAPITAL                           | 100.000,00            | 100.000,00        |
| <b>TOTAL DO PASSIVO</b>                       | <b>2.291.037,22</b>   | <b>475.587,80</b> |

  
DANIEL HENRIQUE SILVA ARAUJO  
SÓCIO ADMINISTRADOR  
CPF 277.177.628-62

  
CARLOS EDUARDO RODRIGUES DA SILVA  
CRC nº 1SP177564/O-9  
CPF 114.134.298-74

Já aqui a página do DRE, que por um mero erro, está faltando a coluna referente ao ano de 2022:



| DO RESULTADO EXERCÍCIO<br>DOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022   |  |
|--|--|
|  | <u>Legislação Societária</u>   |
|  | <u>31/12/2023</u>  |
| RECEITA OPERACIONAL BRUTA<br>Receitas e Serviços Prestados   | 140.933,60   |
| DEDUÇÕES<br>Impostos e Contribuições   | (9.008,55)   |
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA<br>Custos dos Serviços e Produtos Vendidos   | 131.925,05<br>(2.284,55)   |
| LUCRO BRUTO  | 129.640,50   |
| (DESPESAS) OPERACIONAIS  |  |
| Despesas com pessoal   | (104.909,66)   |
| Gerais e Administrativas   | (28.791,40)  |
| Despesas financeiras   | (155,89)   |
| Receitas financeiras   | 27.053,48  |
| Outras despesas/receitas operacionais  | -  |
| Total  | (106.803,47)   |
| LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IRPJ E CSLL  | 22.837,03  |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL   | -  |
| LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO  | 22.837,03  |
| <br>DANIEL HENRIQUE SILVA ARAUJO<br>SÓCIO ADMINISTRADOR<br>CPF 277.177.628-62 | <br>CARLOS EDUARDO RODRIGUES DA SILVA<br>CRC nº 1SP177564/O-9<br>CPF 114.134.298-74 |

Fica claro que trata-se de um mero ERRO, e que nada impede a classificação da empresa, desde que esta comprove que na época de abertura, possuía o que é exigido.

Já o edital assim informa sobre a possibilidade das diligências:

*3.5. A Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu exclusivo critério, realizar diligências, inclusive visita às instituições interessadas, a fim de confirmar os dados constantes do Requerimento de Credenciamento bem como dos documentos apresentados*

Dado a importância legal das diligências, o edital ainda faz outra menção ao mesmo:

*21.12. É facultado à Comissão Permanente de Licitação (CPL) ou à autoridade superior, em qualquer etapa deste credenciamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em especial quanto à veracidade das declarações feitas ou apresentadas para cumprimento das exigências deste Edital*

Entretanto, na ausência de diligência, solicitamos desde já a **inclusão do BALANÇO referente à 2022 (anexo), ao processo**, revertendo a decisão de desclassificação.

Destacamos que tal juntada não se configura como documento novo, isto pois, trata-se de uma condição preexistente à abertura do certame, ou seja, é um documento que atesta uma condição que já existia na época da abertura dos envelopes, e assim sendo, totalmente válido e devendo ser aceito, senão vejamos:

O TCU Acórdão nº 1211/2021 –Pleno assim entende:

*Em alinhamento com esse entendimento, a vedação à inclusão de documento “que deveria constar originariamente da proposta”, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993, deve se restringir ao que o licitante não dispunha materialmente no momento da licitação. **Caso o documento ausente se refira a condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, e não foi entregue juntamente com os demais comprovantes de habilitação ou da proposta por equívoco ou falha, HAVERÁ de ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. Isso porque admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado(...)** **(...)desde que já existentes à época da entrega dos documentos de habilitação.”***

A própria Lei 14133/21 permite a inclusão de documentos, desde que estes comprovem uma condição que já existia à época da abertura do certame, vejamos:

*Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:*

**I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;**

Assim, por ser uma condição preexistente, pois o balanço já existe desde findos de 2022, a documentação anexa deve ser aceita, juntada ao processo e a decisão revista para considerar a ora recorrente classificada.

#### **DO PEDIDO**

Requer que sejam acolhidos essa RAZÕES DE RECURSO por ser TEMPESTIVA.

E pelas razões de fato e de direito apresentadas, **VEM REQUERER NO MÉRITO QUE SEJA JULGADO PROCEDENTE, com a juntada do balanço (e DRE referente à 2022) e a reversão da decisão de desclassificação passando a ser considerada como CLASSIFICADA e apta à PROVA DE CONCEITO**, tendo em vista o cumprimento integral do edital e Lei.

Ribeirão Preto/SP 13 de fevereiro de 2025.

**ENOQ CAPITAL INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S/A**

**CNPJ sob nº 35.990.763/0001-01**

**Daniel Henrique Silva Araujo**

**CPF 277.177.628-62**

**Diretor**